

Identidade na comunhão de jornada

Reflexões sobre a identidade da IECLB

Preleção inaugural pronunciada em 14 de outubro de 1974 na Faculdade de Teologia da IECLB por Walter Altmann

I

“Não há dúvida alguma: separação e distanciamento espiritual são pecado; mas freqüentemente divisão organizacional e eclesiástica é apenas reconhecimento de erro divisor de igrejas, do surgimento de apostasia ou condutas antiéticas, que já anteriormente produziram o cisma espiritual. Não separar-se nesse caso pode muito bem ser pecado. Cisma é mal, mas infidelidade para com a verdade é certamente pecado ainda maior.” Estas palavras incisivas encontramos num artigo de Bert B. Beach, adventista, abordando o tema “Igrejas não-membros em diálogo crítico com o Conselho Mundial de Igrejas” (1). Certamente refletem o sentimento atual de muitos cristãos, provavelmente da nítida maioria dos assim chamados evangélicos, em suas suspeitas, reservas e protestos contra o rumo que tem tomado o movimento ecumênico mundial em seu relacionamento com movimentos sócio-políticos e com outras religiões.

Contudo, é de se presumir que também uma teologia secular, política, da libertação e outras mais pressupõem, embora sua abertura para movimentos fora das igrejas constituídas, uma posição análoga em relação a seus críticos dentro da cristandade. Isto é, em seu engajamento e paixão polêmicos contra a religião da interioridade, individualista, dos poderes dominantes, etc., também crêem que é mais importante a fidelidade para com a verdade do que a manutenção da unidade. Significativo para a situação atual é que tal tipo de argumentação veemente e nessa direção podemos encontrar até mesmo entre pentecostais. Manoel de Mello Silva, fundador do Movimento “Brasil para Cristo”, afirma com seu estilo pessoal, em entrevista: “Reino de Deus é o céu? Um lugar maravilhoso, cheio de pedras preciosas, de jaspe, de safira? Não, não e não! No meu modo de entender o Reino de Deus está entre nós. Não é um pedaço do céu. É aqui entre nós. Quando a Igreja cuida do homem total está implantando o Reino de Deus.” E acrescenta esta

(1) Bert B. Beach, “Nichtmitgliedskirchen im kritischen Gespräch mit dem Weltrat der Kirchen”, in: *ÖR*, 23 (1974), pág. 209.

alternativa: “Nós podemos viver o Reino de Deus ou o Reino de Satanás” (2).

Estaríamos hoje num tal estágio de cisão de fato na questão da verdade? Faltaria tão-somente seu reconhecimento de direito por um cisma organizatorial? Teria sido a Conferência de Lausanne, que reuniu evangélicos de todo o mundo em tensão desafiadora para com o Conselho Mundial de Igrejas, um reflexo de tal situação e um passo em direção ao reconhecimento da cisão já existente dentro das igrejas, perpassando toda a cristandade? Ou, dito em perspectiva de nossa igreja, seria a tensão interna da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil um sintoma da questão crucial de hoje para toda a Igreja de Cristo, questão que não pode ser resolvida contemporizando as posições, mas somente tomando partido e assumindo as conseqüências?

Referindo-se à questão da polarização, um outro evangélico, Ulrich Betz, afirma que é preciso considerar os motivos da atual polarização, se desejos humanos de auto-afirmação ou se disputa pela verdade cristã, em que estaria em jogo a obediência a Cristo. E conclui: “Essas questões e as respostas e decisões, que elas requerem, nos levam a limites últimos. No momento atual ainda não ousamos tomá-las, mas elas estão diante de nós e se encontram na ordem do dia; para os evangélicos de um modo, mas também para o CMI e seu futuro caminho” (3). E até mesmo um teólogo do gabarito de Rolf Schäfer, numa tão respeitável revista teológica como **Zeitschrift für Theologie und Kirche**, conclui seu artigo “Fé política ou cristã”, dizendo: “Resta saber se uma mistura de religião política e cristã tem chance de sobrevivência. Presumivelmente a Igreja a longo prazo só poderá servir a um Senhor (grifo do autor). Ou ela purificar-se-á a um grupo revolucionário político, que é unido pela fé numa futura sociedade justa e de paz. Ou ela se submete ao Evangelho de Jesus Cristo, cujo reino não é deste mundo” (4).

Se tal alternativa realmente corresponde à opção que o momento atual nos apresenta, então de fato nada mais nos resta, a não ser escolher o lado e trabalhar pela cisão o mais rapidamente possível. Rolf Schäfer até mesmo se apressa em alargar as bases de seu “partido”, quando afirma que diante da oposição entre fé política e fé cristã não passam de nuances as diferenças entre cristandade luterana e reformada, liberal e ortodoxa, pietista e dialética (5). Evangélicos certamente colocariam a linha divisória bem mais para a direita. Em recente boletim informativo do Movimento de Confissão “Nenhum outro Evangelho”, um movimento pietista portanto, encontro, além de costumeiros ataques ao movimento ecumênico, a seguinte frase: “A teologia do espírito do tempo encontramos não apenas desde a teologia do Deus-está-morto, tam-

(2) Entrevista de Manoel de Mello Silva, in: **Reino de Deus**, Suplemento do **CEI**, núm. 6, 1973, pág. 32.

(3) Ulrich Betz, “Ökumene, Mission und kirchlicher, Entwicklungsdienst in evangelikaler Sicht”, in: **ÖR**, 23 (1974), pág. 61.

(4) Rolf Schäfer, “Politischer oder christlicher Glaube”, in: **ZThK**, 71 (1974), pág. 226.

(5) *Ibidem*, anotação 177.

pouco só desde a teologia de Bultmann e de seus discípulos, mas entendemos por ela aquela teologia que baseando-se no princípio de Reimarus desenvolve a partir do homem a nova visão da Bíblia, da fé e da pessoa de Jesus, afastando-se assim sempre mais da verdade bíblica” (6). Por sua vez, um exegeta neotestamentário da notoriedade de Ernst Käsemann, o qual eventualmente se poderia presumir, pela sua herança teológica, numa linha mais individualista, assume muitos dos motivos de uma teologia política, embora fazendo ressalvas igualmente para a esquerda (7). Sua linha divisória é novamente outra: “O cristianismo protestante ainda está profundamente comprometido com uma burguesia, que há séculos vem encarando a interioridade como lugar da religião, embora para iora prestando homenagem ao nacionalismo e justificando isso com o quarto mandamento. Principalmente o pietismo, o qual contra suas origens tinha se transformado em vanguarda da burguesia conservadora, sentiu desde a Revolução Francesa a transformação da ordem tradicional e muito mais ainda qualquer intervenção na propriedade herdada e na convenção moral como se fosse o cheiro de enxofre diabólico” (8).

Na colocação de fronteira há, pois, os mais diversos matizes. As vezes procura-se ampliar o próprio arraial, as mais das vezes, porém, engrossa-se as fileiras do inimigo; resistir a ele pode levar ao martírio! Tanto essa consequência, a qual naturalmente se resiste em assumir existencialmente, como a variabilidade de posições dificultam que a grande cisão ocorra. Onde é que a gente se colocaria? Estar-se-ia disposto às últimas consequências? Por enquanto, conclui a maioria de qualquer tendência, é preferível ficar na esgrima verbal.

Chegamos assim a uma outra observação que me parece ser ainda mais importante do que a variabilidade da colocação de fronteiras, como fator de manutenção precária da unidade. Tenho a impressão de que para muitos o momento da grande decisão só é postergado pelo temor do isolamento e pela ânsia que dele proviria. Reconhece-se implicitamente que a igreja constituída oferece um campo de ação que fora dela não seria tão facilmente encontrado. Grupos comprometidos com o engajamento político e social preferem então, junto com as mais candentes críticas à igreja estabelecida, efetuar “a longa marcha através da instituição”. E há grupos evangélicos que sentem como mais cômodo — e conseqüentemente do seu ponto de vista mais frutífero — pescar no aquário do que em alto mar. Não há dúvida, a igreja institucionalizada, tão suspeita por suas tradições supostamente vazias, é para muitos daqueles que dela suspeitam um ótimo campo de trabalho, para um bom número deles até mesmo na dimensão elementar da subsistência. É evidente que em tal situação, ao ocorrer o processo polarizante, ficam comprometidas tanto a intenção quanto a imagem de ambos,

(6) Bekenntnisbewegung “Keln andeeres Evangelium”: Informationsbrief Nr. 45, Agosto de 1974, pág. 20.

(7) Ernst Käsemann, “In einer Zeit der Selbsttäuschung”, in: *EvKomm*, 7 (1974), págs. 470-474.

(8) Idem, pág. 471.

e muito mais a eficácia do Evangelho, que ambos, desta ou daquela maneira, desejam transmitir e viver. A comunhão exterior precária talvez só encubra um cessar-fogo, durante o qual cada um se arma mais decididamente e de quando em quando mede forças em alguma escaramuça.

Não quero com tais observações minimizar a importância da questão que está em jogo nem duvidar da seriedade de muitos cristãos que só com grande dor pessoal vivenciarão a concretização de uma ruptura latente. Ao contrário, creio que o significado da questão exige que se ponha a descoberto também e com clareza os fatores deveras secundários que estão em jogo. A consciência deles poderia abrir nossa visão para uma avaliação mais justa do respectivo oponente e sobretudo poderia nos forçar à **procura daquele Evangelho de Jesus Cristo que independe de nossas posições e está acima delas**. E assim estaríamos, talvez, também mais livres para a autocrítica, a correção própria.

Rolf Schäfer, em seu artigo já mencionado, procura o coração daquilo que chama de “religião política”. Com razão nega ser a atual tensão simplesmente uma divergência teológica, para afirmar que a diferença reside precisamente na “experiência da verdade do sentir religioso”; em ambos os lados há “algo de santo” em jogo (9). Realmente, é mais do que casualidade o fato de que o atual ensaio de mobilização geral do evangelicalismo tenha ocorrido em resposta a Bangkok, onde, mais do que declarações, houve uma vivência de fé e comunhão (10), o que representou um desafio maior do que a mais radical das teologias seculares. Neste contexto é significativo que a apreciação crítica ao extremo de Peter Beyerhaus, “Bangkok 1973 — começo ou fim da missão mundial?”, tenha, segundo a sua visão das coisas, o seguinte subtítulo: “Uma experiência de dinâmica de grupo” (11). Tampouco a questão do impulso missionário, especificamente a sugestão de moratória no envio de recursos pessoais e materiais para certas regiões de missão, é ponto de cisão, como comprovou o transcorrer da Conferência de Lausanne, que igualmente reconheceu, para certas situações, a necessidade da suspensão do envio de missionários.

Uma motivação semelhantemente ambígua pode ser observada, a meu ver, na reação de igrejas, principalmente alemãs, quanto ao assim chamado programa de anti-racismo do Conselho Mundial de Igrejas. Não há dúvida que uma das questões teológicas cruciais de nossos dias é a possibilidade de percepção ou não do agir de Deus na história e suas conseqüências para o agir do cristão e das igrejas. Igualmente correto é que, por exemplo, as igrejas alemãs contribuam com a sua experiência e com os conhecimentos teológicos adquiridos na situação peculiar sob o nacional-socialismo. De outro lado, porém, o fato de que uma espécie de mobilização ocorreu a partir do momento em que o CMI colocou em prática num ponto,

(9) Rolf Schäfer, o. c., págs. 182s.

(10) V. Hans Jochen Margull, “Heil heute: Bericht über Bangkok, in: *ÖR*, 22 (1973), págs. 491ss.

(11) Peter Beyerhaus, Bangkok '73 — Anfang oder Ende der Weltmission? Ein gruppens-dynamisches Experiment. Bad Liebenzell, 1973.

com recursos relativamente restritos, concepções já de há muito aventadas, leva a supor que, além das convicções teológicas, a reação evidencia irrefletidamente próprias posições políticas. É surpreendente, neste particular, com que naturalidade se faz uso completamente a-histórico da Declaração de Barmen. Esta, ao confessar em 1934 a exclusividade da Palavra de Deus, continha evidentemente também uma dimensão política, e o comprometimento pessoal com ela também acarretava riscos. Quem hoje, porém, numa situação em diversos aspectos profundamente diferente, argumenta com Barmen, "deseja", para formular com palavras de Eberhard Bethge, "justamente separar com rigidez aquela confissão de ações humanitárias ou tomadas de posições" (12).

Embora, pois, a divergência entre as correntes seja marcada pela experiência íntima de fé, pode-se perguntar se a polarização não se deve também em boa medida ao fator psicológico do abalo de quem se sente desafiado justamente naquele ponto que lhe é mais caro. Neste caso a diferença de percepção interior da fé não precisaria necessariamente refletir duas religiões absolutamente antagônicas, como quer Rolf Schäfer, mas dois modos, simultaneamente significativos e questionáveis, de assumir e vivenciar o Evangelho uno de Jesus Cristo.

Proponho assumir essa possibilidade como hipótese de trabalho. Creio que se poderia até mesmo pintar caricaturas extremas de ambas as tendências em tensão na cristandade atual e ainda assim encontrar dentro delas traços de nobreza.

Por exemplo, em seu relacionamento com o mundo, alguns cristãos poderão tender à fuga, exclusividade de interesses nas questões restritas de fé, evitação de reuniões de diversões, valoração do trabalho mais como fonte de manutenção física do que como responsabilidade social, rigidez e até desleixo da vida familiar em favor de atividades adicionais requeridas pela prática da fé, preferência pela assistência social caritativa como poder de atração sobre indivíduos, testemunho cristão como apelo a sair do mundo para junto da comunhão dos salvos. Mas há de se notar também a vontade de se deixar determinar exclusivamente por Deus, o comprometimento pessoal na recepção do Evangelho, o engajamento em favor da transmissão dessa mesma Boa Nova, a constituição de comunidade fraternal. De outra parte, outros cristãos poderão tender à própria dissolução dentro do mundo, concentração de interesses nas diversas expressões culturais do homem, participação plena nos programas da vida social, empenho absoluto no trabalho sob a perspectiva da responsabilidade que lhe é inerente, identificação com os anseios humanos e concretos dos homens a seu redor, envolvimento em movimentos políticos e sociais. E mesmo que tal tendência chegue ao ponto em que é praticamente impossível reconhecer o específico cristão de tal postura, não se poderá deixar de ver a tomada de responsabilidade pelo mundo criado por Deus, o respeito pelo homem como um ser total, o comprometimento por uma causa coleti-

(12) Eberhard Bethge, "Gegen die Politisierung der Kirche? Das Barmer Bekenntnis in der dritten Generation", in: *EvKomm*, pág. 407.

va. E mesmo que de ambos os lados, os aspectos positivos sejam reduzidos a meras intenções que a realidade praticada contradiz a cada passo, não será a partir das intenções traídas que poderá vir a crítica mais eficaz das práticas atraídoadoras, em vez da cruzada antagônica?

Mais ainda: fuga e dissolução são tentações inerentes ao próprio ser cristão, tentações que por sua vez não podem ser dissolvidas e às quais não se pode fugir, sem justamente cair nelas. Essas tentações são vencidas somente quando a tensão de que são derivadas é mantida, suportada em seu desafio e aproveitada em sua esperança. Refiro-me à tensão bíblica de sermos presença no mundo sem sermos determinados por ele, estarmos no mundo e não sermos do mundo, sermos sal da terra, luzeiros e sinais.

Certamente tampouco é casualidade e nem sempre violência aos textos, quando ambas as correntes apontam para a Bíblia como fundamento de suas convicções e atitudes. Se heresia é muitas vezes, no dizer de Karl Rahner (13), a percepção exclusivista de uma verdade arrancada do todo determinante ou ideologia a absolutização de uma visão parcial, então nos devemos perguntar se não é isso precisamente o que está ocorrendo em maior ou menor grau em ambos os lados no assim chamado processo de polarização. É claro, uma posição mediadora é sempre suspeita e pode estar a serviço de uma temerosa manutenção do *status quo*, pode ser reflexo da falta de comprometimento e da ânsia causada pela necessidade de tomar posição. Entretanto, em verdade não é mediação de que necessitamos, mas simplesmente de nos perguntarmos **qual poderia ser o evento cristológico bíblico a integrar os momentos intencionados por ambos os lados, sem cair nos extremos que dissolvem a tensão que lhe é inerente**. Antes de tentarmos seriamente essa possibilidade, não podemos assumir que a verdade esteja de um lado e o erro do outro. Os indícios que apontamos depõem contra essa presunção.

II

Ao passarmos para a reflexão sobre o evento cristológico que nos determina como Igreja no mundo, demos eco a mais uma questão: o Evangelho transforma as pessoas ou o mundo? A falsidade dessa alternativa já tem se tornado tão evidente que a questão nem deveria sequer mais ser levantada, se não fosse o fato de que ela — apesar de tudo — tem permanecido sem aquela resposta que tirasse de sua aporia toda razão de subsistir. Os partidários da transformação individual asseveram que através das pessoas também são alteradas estruturas. Seus adversários asseguram com igual convicção que alterando estruturas também surgirão novas pessoas. Os espectadores de tão inglória disputa permanecem com a estranha sensação de que ambos têm razão, mas nenhum sequer

(13) V. Karl Rahner und Herbert Vorgrimler, *Kleines theologisches Wörterbuch*. Freiburg usw., 1968, 7a ed., pág. 155, e Karl Rahner, "Ideologie und Christentum", in: *Schriften zur Theologie*, 6. Einsiedeln, 1965, pág. 60.

chegou perto do centro da questão fundamental da existência cristã no mundo. Pessimismo crônico e otimismo desmesurado sobre a condição humana se contrapõem com a mesma autoprocamação de realismo. Conformismo irresponsável e utopia ingênua são as acusações mútuas. Onde fica, nesse pingue-pongue, a existência cristã no mundo? Quais são o testemunho e a vivência autênticas da Igreja de Cristo neste eão?

As aporias da polêmica é preciso contrapor um conceito dinâmico de vivência cristã, **uma vivência que provenha de uma base e leve a um caminho, uma vivência de realização inconformada a partir do evento da inconformidade realizada de Jesus Cristo.** Creio que podemos ler o Evangelho sob esse prisma, embora eu não lhe advogue exclusividade. Exercitemos ponto por ponto.

Partamos da **inconformidade de Jesus.** Já o nascimento do Emanuel, Deus conosco, é expressão da inconformidade divina com o mundo. Um mundo criado pela Palavra, de Deus e para Deus, ao qual o próprio Deus não negara o qualificativo de bom, está deturpado, caído, a tal ponto que sua imagem original se torna irreconhecível na imagem real presente. A imagem original, porém, está preservada na memória de Deus; ele não se esquece do mundo. Ainda enxerga no mundo caído seu mundo amado. E a encarnação torna manifesto que a inconformidade de Deus não é mero protesto, mas engajamento pessoal.

Na vida do Verbo encarnado, cada passo, cada palavra, cada gesto de Jesus é acompanhado pela tentação sempre presente do conformismo, da adaptação aos desejos, aos interesses, às leis e aos poderes próprios do mundo, com o qual estava inconformado. Podemos observá-lo, se não bem antes ainda, na tentação no deserto (Mt 4). Vida fácil, desafio a Deus e sobretudo poder sobre o mundo lhe são sugeridos para que se adapte ao mundo que justamente por tais coisas deseja e procura. Jesus resiste.

Lembre-mo-nos também da tentação freqüente de legitimar sua autoridade, quando lhe sugerem que dê sinais dela ou lhe pedem milagres sem fé. Atender tais pedidos, movidos por interesse próprio imediatista, sem fé receptora, sem perdão renovador, seria reforçar as leis do mundo, ao invés de superá-las aqui e agora num caso concreto. Jesus nega. A única legitimação de Jesus é sua inconformidade completa. Os seus sinais pressupõem ou intencionam a fé, em todo caso colocam em cheque a desordem da criação estabelecida como "ordem" do mundo.

Sequer a tentação de assumir o poder manifesto ou usar da violência em causa própria lhe é poupada. Desejam declará-lo rei (Jo 6, 15) ou defendê-lo à espada (Mc 14, 47). A recusa em admitir que a inconformidade de Jesus precisa necessariamente assumir a forma de sofrimento parece ser a mais sutil e a mais intensa tentação exterior e lhe provém do círculo mais íntimo de seus seguidores. "Arreda, Satanás! Tu és para mim pedra de tropeço", diz Jesus a Pedro (Mt 16, 23).

Significativo é por fim, neste contexto, a cena em Getsêmani (Mc 14, 32-42). Aí ocorre a luta mais profunda, em que há de se

decidir definitivamente entre conformismo ou inconformidade, entre o mundo ou o Pai. Jesus sente pavor e angústia. Ainda é tempo de negar o passado, assumir a frustração e acomodar-se. Ainda está em aberto, se tudo não passou de um episódio fugaz, de um lampejo enganador. Jesus ora angustiada e livremente, e eis que é fortalecido. O traidor e as forças da "lei" já estão aí. Tem início a paixão.

Que caracteriza mais a inconformidade de Jesus com o mal estabelecido até o âmago deste eão do que sua capacidade irrestrita e vital de enfrentar a morte? A inconformidade de Jesus foi realizada e não interrompida precisamente naquele momento em que mais precisaria ser mantida, na "hora da verdade". Jesus foi crucificado, passou pelo teste decisivo. Toda a sua vida foi conformada e essa conformação, por sua vez, não pode mais ser suprimida. Desde a encarnação Jesus foi aquele a ser crucificado e com a crucificação Jesus foi verdadeiramente o Verbo encarnado.

No entanto, as tentações só expõem **via negationis**, em forma de oposição e resistência, toda aquela inconformidade que caracterizou positivamente a vida de Jesus. Já dissemos, sua inconformidade não foi mero protesto. Foi expressão do mais profundo amor de Deus por este mundo. Sim, o amor de Deus assume necessariamente a forma de inconformidade, se for expressão do amor.

Desde o momento em que o Verbo se fez carne até o "está consumado" no Calvário, tudo se encontra sob o signo "Deus amou o mundo de tal maneira..." (Jo 3, 16). Não casualmente isso se manifesta na conduta de Jesus. Ao interpelar os homens, não lhes dirige acusações, mas dá expressão de sua aceitação incondicional. As acusações — duras e contundentes — Jesus as reservou, assim me parece, àqueles que inconseqüentemente consigo mesmos e sobretudo com o amor inconformado de Deus, encobriam sua identidade real, essencialmente igual à de todos os demais homens, com a pretensão de realidade efetiva da identidade desejada. Os líderes religiosos que Jesus ataca alegavam ser o que pretendiam ser. Jesus se nega a esse conformismo, em que sua inconformidade assumisse conseqüentemente a forma de reclusão, de fuga, de auto-exaltação, de piedade discriminatória, o que, em última análise, não seria inconformidade, mas confirmação das regras do mundo. Por esse mesmo motivo, para com tais pessoas o amor de Jesus deve forçosamente assumir a forma de acusação (14). No entanto, quando um membro desse mesmo grupo vem a Jesus com intenção aberta, sem pretensões alienantes a respeito de si mesmo, como no caso de Nicodemos, pode contar com a atenção de Jesus, até mesmo tarde da noite (Jo 3). Fundamentalmente Jesus agiu assim.

Se a inconformidade é a **krisis**, o juízo do mundo, ela o é na forma do amor. O que caracterizaria mais a inconformidade de Jesus do que sua recusa em entrar no jogo de força e acusação mútua deste mesmo mundo? Dito positivamente, que caracterizaria mais a inconformidade de Jesus do que a aceitação incondicional em amor de todos aqueles que estão até o último envolvidos e ema-

(14) Sem explicitá-lo aqui, creio que a expulsão dos mercadores do Templo tem basicamente a mesma razão.

ranhados — vítimas e causadores — no mal deste eão? Aceitação tão incondicional que a partir de então está, com a cruz, indelevelmente encravado neste próprio mundo o sinal definitivo da vitória sobre ele, da libertação para ele.

Não há condição para o discipulado, embora haja conseqüências. Ao chamar os apóstolos, simplesmente diz: “Vinde após mim, e eu vos farei pescadores de homens” (Mc 1, 17). Ao chamar Levi, coletor odiado pelo povo, diz tão-somente: “Segue-me” (Mc 2, 14). E esse “segue-me” já continha todo o Evangelho e todo o juízo, isto é, o amor inconformado de Deus. A Zaqueu simplesmente diz: Depressa, “pois me convém ficar hoje em tua casa” (Lc 19, 5). A mulher adúltera não diz nada, enquanto seus acusadores não se retiram envergonhados de si mesmos, para então lhe dizer: “Nem eu te condeno” (Jo 8, 11).

Esses relatos perpassam todos os quatro evangelhos, não deixando dúvidas de que neles nos defrontamos com a marca distintiva de Jesus. Mas para que multiplicar os exemplos? Jesus recruta seus seguidores dentre pescadores, publicanos e zelotes, pecadores e revolucionários. Nem é preciso se deter muito nas curas, na distribuição do pão, na reintegração dos leprosos à sociedade e outros exemplos mais, para descobrir que Jesus se dirige primordialmente aos pobres, aos doentes, aos desclassificados, aos desprezados e rejeitados. Supérfluo ainda recorrermos detalhadamente às parábolas de Jesus, como a dos trabalhadores na vinha (Mt 20, 1-15) ou à do rico e de Lázaro (Lc 16, 19-31), para concluirmos que Jesus não era insensível à questão da dignidade da vida humana e da injustiça social (15). É verdade, seu amor vale também para com os ricos, mas igualmente aí seu amor é inconformado. Seu chamado a Mateus, as conseqüências da sua entrada na casa de Zaqueu e suas palavras ao jovem rico, em quem observa a tristeza (Lc 18, 18-30), concretizam sua mensagem de que não se pode servir a Deus e às riquezas (Mt 6, 24). Por fim, com os revolucionários, entre os quais foi crucificado, o uniu, mais do que a sorte comum, seu amor inconformado, que para um deles também se tornou realização ali mesmo (Lc 23, 39-43).

Ali, na cruz, a inconformidade também de Jesus estava definitivamente realizada. Para os discípulos, porém, a morte de seu mestre é a princípio só motivo de tristeza, desilusão e dispersamento. Tinha que sê-lo — como o é para qualquer um de nós —, pois diferentemente do que Jesus, eles não tinham passado pelo teste — como nenhum de nós passa —, tinham, embora experimentando a inconformidade de Jesus e embora desejando segui-lo, caído no conformismo, adaptando-se às leis e aos poderes do mundo vencido por Jesus. Cada um a seu modo, por certo, mas todos eles.

Desse desencanto vem arrancá-los o Cristo ressurreto. Abrem-se-lhes os olhos e passam a ver na cruz o que ela realmente é: o signo

(15) O escopo dessas perícopes não é simplesmente esse. Contudo, é no mínimo uma tragédia inominável que o escopo derivado de parábolas tão concretas seja frequentemente destilado pelo intérprete a tal ponto que nada mais tenha a ver com a realidade exposta como parábola.

da vitória, de Jesus vencedor. Voltam a experimentar a **realização** da inconformidade. Conscientizam-se de que nenhuma salvação ocorrida já em vida de Jesus precisa de novo ser relativizada para um alívio momentâneo e passageiro, muito menos alienante. Nenhuma libertação efetivada precisa ser de novo remetida ao futuro incerto ou distante. A esperança não precisa se nutrir de novo de um deus do além ou das próprias forças. Tudo é real e presente; está consumado. Tudo o que ocorreu em suas vidas a partir do encontro com Jesus, passa a ser visto pelos discípulos em sua verdadeira luz. Não foi ilusão, não foi miragem, não foi utopia. Os pescadores não precisam retornar às redes, poderão continuar sendo pescadores de homens. Se Zaqueu experimentara: "Hoje houve salvação nesta casa" (Lc 19, 9), não precisa de novo invejar o jovem rico que saiu triste e sem libertação. O hoje da salvação pode ser eterno. A mulher adúltera não condenada tampouco precisa voltar à realização fugaz de seu desejo. Os perdoados não precisam outra vez se afligir com sua culpa passada. Os inúmeros curados não precisam deixar de louvar a Deus. A multidão de pobres e oprimidos não deve de novo perder a esperança. Os ricos e poderosos não podem gozar.

O que podemos ver mais nítido no Evangelho do que a extraordinária realidade de vidas transformadas pela inesperada e inexplicável experiência da aceitação imerecida? Não é ilusão, é realidade. Ou muito me engano, ou não há entre os seguidores de Jesus um só que tivesse se tornado seu discípulo pelas admoestações, pela exposição de sua culpa, mas todos eles pelo chamado incondicional, pela proclamação da bem-aventurança, pela recepção do amor inesperado. A partir dessa base ocorre reconhecimento de culpa, vida nova sobre os escombros do mal derrubado.

A realização não é experimentada simplesmente pelo indivíduo, é por cada um na comunidade: "Onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, ali estou no meio deles", diz Jesus (Mt 18, 20). O homem voltado para si se volta para o outro. Sua existência de um ser incurvalado sobre si mesmo passa a subsistir no círculo amplo e aberto que sempre engloba o outro. O novo círculo é o abraço. Assim a experiência do amor vai adiante, se amplia, forma comunidade.

Quando os discípulos saem a pregar, voltam surpresos e alegres: "Senhor, os próprios demônios se nos submetem pelo teu nome!" (Lc 10, 17). E se Jesus os corrige não é para lhes negar essa realização, mas para evitar que ela passe a ser um fato natural, para prevenir que a inconformidade realizada não deve passar para conformismo que dissiparia a realização.

Assim as relações mais podres, as estruturas mais pecaminosas, as vidas mais pervertidas podem experimentar a renovação, embora impossibilidade de dentro para fora, uma possibilidade dentro a partir de fora. Em qualquer uma delas pode ocorrer um gesto singular, uma libertação concreta, a realização plena do amor inconformado e vitorioso de Deus. E onde comunidade, por mais pequenas células que a constituam, experimenta em conjunto a nova realidade.

de de ser nova criatura, ali também há realização qualitativamente completa do anseio de Deus para com o mundo todo.

Surgem então na vida e na história dos homens sinais de um mundo que Deus guarda em sua memória, de uma criação como ele a quis e não desiste de querer. Um mundo com sinais, não se pode escondê-lo, é um mundo com esperança. E embora sinais sejam realidade qualitativamente completa, justamente seu significado assume de novo a forma de inconformidade. A nossa realização é **inconformada**, fruto da inconformidade de Cristo e a ela sujeita. Cristo nos assume em seu discipulado. Tornamo-nos seus seguidores.

Precisamente o apóstolo Paulo, que mais conseqüentemente destacou a salvação já consumada, a justificação pela fé — “as cousas antigas já passaram; eis que se fizeram novas” (2 Co 5, 17) —, precisamente esse apóstolo introduz sua ética com a admoestação firme: “Não vos conformeis com este século” (Rm 12, 2). A vivência cristã autêntica guarda a lembrança de que parte da inconformidade realizada. Preserva a consciência do mal estabelecido em redor de nós e em nós.

A inconformidade dirige-se então, em primeiro lugar, para nós mesmos. Embora realizados, somos ambíguos; realizados no Senhor, perdidos em nós. A realização da nova criatura leva à luta constante com o velho homem, à necessidade de deixar-se cada vez de novo e cada dia mais determinar pela inconformidade realizada de Jesus Cristo. Destarte o elemento surpresa jamais deixa de fazer parte do próprio eu renovado: quem sou eu, para que as promessas de Deus em mim e através de mim se realizem?

Em segundo lugar, a inconformidade se volta contra a ruptura das relações entre o eu e o próximo. Individualismo não tem lugar na nova realidade, justamente porque o indivíduo já está plenamente aceito e não necessita mais de repetidas auto-afirmações. O eu encontra no tu não só seu complemento, muito menos apenas o objeto de seu amor, mas a própria imagem na imagem de Cristo. E quanto mais o tu está necessitado, quanto mais fraco, pobre ou oprimido, tanto mais se desencadeia em mim o processo de reconhecimento de quem eu sou. Num doente confinado à cama, por exemplo, encontro muito mais afinidade comigo mesmo do que num “super-homem” ou “super-miss”. Num pobre e oprimido encontro desafios e possibilidades de no relacionamento com ele chegar à maior dignidade e os perco na inveja da ascensão social e do poderoso. O eu abraça o tu e nesse abraço são corações impuros e corpos necessitados que se encontram, para viver a purificação e a sanidade que de Cristo vem.

Na medida em que constituímos comunidade, Igreja — e não poderíamos deixá-lo —, a nossa inconformidade volta-se também para ela. Novamente há o signo da ambigüidade. De um lado a realização do corpo de Cristo, de outro a instituição permeada de elementos assaz característicos do velho homem, deste século. O que não há de jogo de poder, diplomacia astuta e negligência em levantar a voz profética e a mão diacônica, dando eco e seguimento à

inconformidade de Cristo, também em nossa, como em todas as igrejas? Como poderíamos, no seguimento de Jesus, deixar de aí manifestar a nossa inconformidade incessante?

Por último, mas simultaneamente com os passos anteriores, somos levados a manifestar a inconformidade com o mundo, o qual ainda não vive em redenção, mas só geme sob a angústia de sua perversão e sua ansiosa expectativa de libertação (Rm 8, 20-23). Sinais de realização da comunidade digna, valoração evangélica da dignidade do homem, erguimento pessoal da perdição, nada disso pode nos levar à acomodação, mas ao contrário nos leva com dinâmica irrenunciável a gemer com o mundo. Ali onde ocorre em dimínuto salvação, experimentamos aquilo que com Deus ansiamos para o mundo todo. Não é possível parar. Deus, ao qual está reservada a consumação, nos leva por seu caminho. Onde, no seguimento desse Senhor, desponta a vivência nova e comum, aí há sinais significativos do processo de transformação do mundo que Deus promove. São sinais vitoriosos que não nos deixam duvidar da vitória definitiva, global de Cristo. São sinais que por isso mesmo não nos permitem parar, mas contrariamente nos impelem a vencer sempre de novo o mal com o bem. Surgem luzes na escuridão. Quantitativamente podem ser poucas em relação à dimensão das trevas; qualitativamente, porém, são vencedoras, luzes que não se apagam.

A inconformidade realizada de Jesus Cristo é a base, nossa realização inconformada sua consciência. As alternativas do mundo — fora do mundo, indivíduo — coletividade são superadas. Fuga e dissolução se tornam potencialmente impossibilidades. Uma realidade nova, própria, de Cristo, realiza-se aqui e agora como ontem na Palestina: uma comunidade no caminho da ressurreição, na trilha da vitória. Suas fronteiras são elásticas: na palavra restritas, no amor universais. As fronteiras das igrejas institucionais são rígidas demais, muito amplas para a confissão consciente, muito restritas para a vivência de Cristo. O conceito de Igreja não pode ser estático, mas colocado no dinamismo do Verbo que se fez carne. Não há parada na comunhão, mas todos juntos encontram-se em jornada. Atrás está a cruz de Cristo, à frente a terra por abranger.

As estruturas da convivência — e em conseqüência a igreja institucionalizada — passam a ser permeáveis, moldáveis, vitalizáveis a partir da exigência do amor no momento atual. É verdade, tal dinamismo é difícil de suportar, é rigorosamente falando impossível de suportar, não fosse a inconformidade realizada, a vitória estabelecida e por isso vivenciável. Por nós as mudanças causam ânsia e insegurança. Vemo-nos ameaçados pela morte. Deseja-se então retornar à segurança da imutável escravidão, da rigidez das estruturas, da paralisia das posições, da acomodação ao *status* deste eão. De medo e preocupação, de ansiedade e angústia a gente se apega ao que tem, estratifica a estrutura, disciplina os contestatários. A gente paralisa, abandona o primeiro amor e intenta segurar o Verbo encarnado.

No entanto, assim como Deus incumbiu Israel com muito mais do que era capaz, ou melhor, incumbiu com tudo aquilo que era

absolutamente incapaz, para paradoxalmente realizá-lo e vivenciá-lo, assim é levantada em todos os tempos a comunidade de Cristo, para prosseguir com ele. É realmente uma comunhão de jornada, em que pode haver de tudo e realmente de tudo há: saltos e quedas, risos e lágrimas. Justamente assim o existir em comunhão se comprova. Na queda ninguém cai sozinho, todos caem abraçados, um levanta o outro, para se darem as mãos na festa, brincando de roda.

III

O que teria tudo quanto dissemos a ver com a IECLB e particularmente com sua identidade? **Nossa identidade é igual à nossa origem e à nossa missão.** Só podemos encontrá-la a partir do Evangelho e dentro de nossa situação peculiar. Para quem porventura tenha sentido falta de reflexão sobre as bases confessionais de nossa igreja, como entidade luterana, e suas conseqüências, não quero neste contexto expor que essas influências estiveram em boa medida presentes na exposição, em algumas partes assumidas, embora em outras rejeitadas. Também nossa identidade está necessariamente em jornada, exposta a novas descobertas, comprovações e correções, bem como a estratificações e deturpações. Minha exposição não é resposta, talvez nem mesmo a linha de um programa. Empenhei-me por colocar a questão dentro do quadro ecumênico de hoje, embora saiba que muito ainda deverá ser feito neste campo e em particular quanto à nossa situação peculiar no contexto brasileiro e em referência ao passado histórico de nossa igreja.

Um fato, porém, tem se tornado evidente: embora a IECLB nunca tenha se empenhado decididamente em vivenciar seu compromisso formal de ecumenicidade, somos inevitavelmente envolvidos no caminho da ecumene mundial. A tensão interna em nossa igreja nada mais é do que localização particular da tensão que perpassa toda a cristandade. Vemos também nossa igreja impelida de um lado a outro, entre apelos à ação social corajosa e ao testemunho decidido da fé pessoal em Cristo. E, nessa situação, embora uma reação compreensível face à disputa não decidida, o pior que poderia acontecer é precisamente aquilo que talvez esteja acontecendo: o recurso à diplomacia e à omissão ou então ao exercício dirigido do poder com o objetivo da cautelosa manutenção da estrutura eclesiástica que, bem ou mal, conseguimos erigir. Tais meios não serão capazes de deter a polarização nem de evitar uma cisão. Disso estou certo.

Para onde quer que olhemos, em nossas comunidades, em nossa igreja, em nosso país, nas esferas educacionais, psicológicas, econômicas, sociais ou políticas, sentimos sempre, de maneiras multiformes, nada menos do que o enorme desafio que o momento impõe à fé. Procuramos responder ao desafio com a multiplicação de atividades e programas, criação de departamentos. Antes de querer responder ao desafio, porém, é preciso aceitá-lo na forma de uma tomada de consciência interna. Precisamos saber quem somos e o

que queremos, se não quisermos que as nossas respostas passem irremediavelmente de lado tanto pelo Evangelho como pelo momento atual.

A concentração prioritária na reflexão interna entendendo-a justamente não no sentido de fuga nem de dissolução, como um processo não desligado da realidade circundante, mas tampouco submisso a influências exteriores. Ambos os extremos se condicionam mutuamente. Uma igreja que se enclausura é também uma igreja facilmente sujeitável. Então nos vemos jogados de uma tentação à outra: seria a resposta ao desafio um programa social secular ou um evangelismo importado de outras terras? Não que não pudéssemos aprender de um e outro, mas nenhum é fruto autêntico de nossa própria vivência de fé. E na medida em que tais influências, às quais nos sujeitamos, são diversificadas e se multiplicam, ocorre a dispersão. É um pluralismo sem centro. Estamos submetidos a uma rotação centrífuga e no nosso interior sentimos o esvaziar-se. Somos uma igreja sem voz ou então falamos com inúmeras vozes que em verdade não podem ser a nossa, porque não são aquela que percebemos clamar a partir do Evangelho ao nosso ambiente.

Se Rubem Alves expõe que nossa situação hoje se assemelha menos ao êxodo do que ao exílio (16) — e não podemos deixar de lhe conceder uma boa dose de razão, no que se refere à análise —, então creio que deveríamos estabelecer uma espécie de moratória interna, uma contenção de recursos pessoais e materiais, evitando seu aniquilamento na multiplicidade ativista e permitindo sua concentração na percepção de nossa identidade, isto é, de nossa origem e de nossa missão. Demos uma parada: uma parada para nos localizarmos ali onde Deus realmente nos quer, ao pé da cruz e dentro do mundo. A nossa recusa de assim nos localizarmos, e não a falta de atividades, é também a razão para a estagnação numérica em nossa igreja, sem que o crescimento numérico de outras seja garantia de terem efetuado tal localização. Ao contrário. Presumivelmente a elas como à nossa igreja é hoje imposta a tarefa de se deixar determinar renovadamente por aquele Cristo que em nossas posições só aparece caricaturizado. Testemunho eficaz ou atividade inoperante, a questão de hoje é pelo Cristo antecedente a nosso testemunho e além de nossa atividade.

Ernst Käsemann expôs que “o cânone como tal não fundamenta a unidade da Igreja. Fundamenta como tal, isto é, em seu estado acessível para o historiador, contrariamente à multiplicidade das confissões.” E somente pelo Evangelho, que testemunha, “fundamenta então também a unidade da Igreja” (17). Qual é o centro integrador do Novo Testamento que pode manter unida aquela pluralidade, a que nós não resistimos e que por conseguinte nos leva a caricaturizar até o extremo nossas próprias posições? Essa é a questão.

(16) Rubem Alves, *Tomorrow's child: Imagination, creativity and the rebirth of culture*. New York, 1972, pág. 182.

(17) Ernst Käsemann, “Begründet der neutestamentliche Kanon die Einheit der Kirche?”, in: *Exegetische Versuche und Besinnungen*, 1. Göttingen, 1974, 3a ed., págs. 221 e 223.

Uma parada, assim como a propomos, veremos que terá sido uma parada técnica. Não será estancamento, mas um marco para um novo impulso numa jornada comum. Da consciência do que devemos ser e do que somos em Cristo, em contraposição ao que de nós se tornou e do que de nós fazemos, nascerão também paulatinamente as atividades que nossa situação requererá e às quais o Evangelho nos guiará. Karl Barth, em bem outro contexto e em outra época, no início de sua teologia, não se cansou de apelar para uma semelhante tomada de consciência em vez de ativismo (18), na convicção de que a prazo aquela seria também na prática mais eficaz do que este. Não a funcionalidade do sistema nem sua mera crítica radical, mas a intenção do movimento em contraposição à funcionalidade é a esperança. Anos depois, diante do desafio do nacional-socialismo, ao qual responderia com palavras e ações, a história iria comprovar que Barth tinha tido razão. Por isso desejo concluir com a adaptação de uma conhecida tese sua: “Devemos ser comunidade no seguimento de Jesus Cristo. Somos, porém, uma instituição ocupada consigo mesma e como tal não podemos seguir a Cristo. Nós devemos ter consciência de ambos, nosso dever e nosso não-poder, e justamente assim servir ao mundo” (19).

(18) Por exemplo, Barth é de opinião que “a questão pelo conteúdo é uma questão importante, justamente em épocas, em que aparentemente tudo impele para o clamar nas ruas” (pref. à 2a ed. do *Römerbrief*, Zürich, 1922, pág. VIII). Ou: “Parece-me que não deveríamos falar sobre o que deve ser feito, se esta é a nossa situação, mas sobre se queremos reconhecer que a nossa situação é essa que aqui foi delineada (“Das Wort Gottes als Aufgabe der Theologie”, in: *Das Wort Gottes und die Theologie*, 1924, pág. 177). Finalmente Barth está convicto de que “não se pode chegar às clarezas especialmente no amplo campo da política, que hoje são necessárias e às quais a teologia hoje deseja dizer uma palavra (como de fato também deveria ser uma palavra a dizer a respeito!), sem que anteriormente se tenha chegado àquelas cabais clarezas na teologia e sobre a própria teologia, as quais aqui serão assunto” (*Kirchliche Dogmatik*, I-1, Zürich, 1932, pág. XI).

(19) V. Karl Barth: “Das Wort Gottes als Aufgabe der Theologie”, o.c., pág. 158.